

Neoperonismo em Brasília

Rogério L. Furquim Werneck*

Os primeiros dois meses do novo governo já deixaram entrever as enormes dificuldades que a condução da política econômica está fadada a enfrentar no mandato presidencial que se inicia. Tendo escapado do populismo bolsonarista, o Brasil se vê agora às voltas com o populismo lulista.

Mal findo o Carnaval, o noticiário foi dominado pela barragem de críticas da “ala política do governo” à proposta, perfeitamente defensável, da nova equipe econômica de reverter a desoneração eleitoreira de combustíveis a que o governo Bolsonaro recorrera no ano passado.

Eram críticas lideradas de forma ostensiva por ninguém menos que a própria presidente do PT. “Não somos contra taxar combustíveis, mas fazer isso agora é penalizar o consumidor, gerar mais inflação e descumprir compromisso de campanha” (*Estadão*, 26/2). E qual era mesmo o compromisso de campanha?

Vale rememorar a fala de Lula na inserção veiculada no rádio e na televisão como propaganda partidária do PT, em março do ano passado. Uma preciosidade: trinta segundos de discurso populista em estado puro. “Meus amigos e minhas amigas. Alguém aí na sua casa ganha em dólar? Seu salário sobe quando o dólar sobe? Então por que a Petrobrás está reajustando o preço do combustível em dólar? O Brasil é autossuficiente em petróleo. E o custo do nosso petróleo é em real. Nos governos do PT, a gasolina, o gás e o diesel eram em real. Lutar para abasileirar os preços dos combustíveis é um compromisso do PT. Se a gente quiser, a gente pode.”

O compromisso de campanha era abandonar o alinhamento de preços internos a preços internacionais. E baixá-los na marra. Mas isso só será possível quando o governo conseguir, de fato, “botar as mãos” na Petrobrás. Gleisi Hoffmann não poderia ter sido mais clara: qualquer mudança na tributação de combustíveis só deveria ser feita “a partir de abril, quando o Conselho de Administração for renovado, com pessoas comprometidas com a reconstrução da empresa e de seu papel para o país” (*O Globo*, 25/2).

Aí, sim, os preços poderiam ser “abasileirados”. E a tributação de combustíveis nem mesmo seria sentida pelos consumidores. Esse era o plano que cumpriria o desajuizado compromisso de campanha de Lula com a replicação no Brasil de uma velha e desastrosa política argentina. Ao longo de mais de 75 anos, a “argentinização” de preços das

principais commodities exportadas pela Argentina vem sendo uma obsessão de sucessivos governos peronistas.

No início da semana, o Planalto se viu entalado. Ceder mais uma vez às pressões da “ala política do governo” por nova procrastinação da cobrança de tributos federais sobre combustíveis poderia impor desgaste excessivo, quem sabe, insanável, à equipe econômica. Mas o governo não deu mostra de ter abandonado sua busca incansável pelo que poderia ser rotulado de pedra filosofal da política tributária populista: uma forma de elevar impostos sobre um produto sem que seus consumidores fossem onerados.

Passou a ser aventada a possibilidade de uma “solução salomônica”, com reversão apenas parcial da desoneração e alguma redução nos preços cobrados pela Petrobrás. Mas, na alquimia que afinal se anunciou, o governo se permitiu incluir algo bem mais grave: um arranjo neoperonista de tributação de exportações de petróleo.

Não se trata de uma transgressão menor na condução da política tributária. País afora, soaram alarmes nos setores exportadores que, há anos, vinham temendo que a bandeira neoperonista da taxaço de exportações acabasse também desfraldada no Brasil.

O que se viu na ruidosa celeuma em torno da reversão da desoneração de combustíveis foi tão somente a explicitação das contradições inerentes ao modo lulista de governar, que envolve manutenção de discursos antagônicos simultâneos, voltados para públicos distintos. Mais uma vez, as críticas da “ala política do governo”, não passaram de manifestações indiretas do próprio presidente da República. É nesse terreno pantanoso que a política econômica terá de ser conduzida nos próximos quatro anos. Fácil não será.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.